

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.190 - TO (2019/0011699-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : EXPRESSO MIRACEMA LTDA
ADVOGADOS : JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI - TO000209
FÁBIO WAZILEWSKI - TO002000
JONAS SALVIANO DA COSTA JÚNIOR E OUTRO(S) - TO004300
JÉSSICA PAINKOW ROSA CAVALCANTE - TO007417
AGRAVADO : KARINA KEILLA CARLOS NUNES
AGRAVADO : FRANCISCA CARLOS NUNES
ADVOGADO : LEANDRO RÓGERES LORENZI E OUTRO(S) - TO002170B

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EXPRESSO MIRACEMA LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, interposto com base no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO COMPROVADO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA EMPRESA. EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E OS DANOS SOFRIDOS. DANO MORAL COMPROVADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SUFICIENTE PARA REPARAR O DANO. DIREITO AO RECEBIMENTO DE LUCROS CESSANTES. DEDUÇÃO DO SEGURO DPVAT INDEVIDO (SÚMULA Nº 246 DO STJ). DEFERIMENTO DE DEDUÇÃO DO VALORES DEPOSITADOS PARA MEDICAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1. O julgamento antecipado da lide não configurou nem cerceamento de defesa, nem ofensa às garantias constitucionais previstas no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal; demonstra, na verdade, a plena realização pelo Magistrado do princípio do livre convencimento, embasado nos demais elementos probantes carreados aos autos.*
- 2. Cabe ao Julgador averiguar se as provas constantes no processo já são suficientes para o deslinde da causa, em atendimento aos princípios da celeridade e economia processual, o que não caracteriza cerceamento de defesa.*
- 3. Não há que se falar em responsabilidade subjetiva extracontratual, quando ainda havia relação de consumo entre a Apelada e Apelante, tendo em vista que a passageira, ainda não havia saído do local onde encontrava-se o veículo.*
- 4. O motorista da empresa agiu com negligência ao não verificar se todos os passageiros já haviam se distanciado do microônibus para que ele pudesse manobrar o veículo, restando caracterizado o ato ilícito praticado, bem como a responsabilidade objetiva da empresa por seus passageiros, restando claro o dever de indenizar.*
- 5. Em que pese a Apelada ter sofrido acidente anteriormente (em 2001), com o acidente ocasionado pela Apelante (em 2004), houve um sério agravamento na sua condição física e psicológica. Verifica-se que as provas carreadas ao feito demonstram o nexo causal entre a ocorrência do dano e o sinistro ocorrido em 17/04/2004.*
- 6. A reparação do dano deve ser fixada em montante que desestimule o*

Superior Tribunal de Justiça

ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido, além de que, sua revisão só seria possível se arbitrado em valor exagerado ou ínfimo, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que manifestamente não é o caso dos autos, pois o valor arbitrado a título de danos morais, R\$ 30.000,00, mostra-se adequado para a questão delineada na lide, não se distanciando dos critérios recomendados pela jurisprudência.

7. A Apelada/Autora ficou internada no Hospital Oswaldo Cruz, no período de 18 a 25 de fevereiro de 2004, em razão do acidente de trânsito sofrido, tendo, inclusive, juntado documentos comprobatórios dos procedimentos hospitalares e ambulatoriais realizados em decorrência do acidente.

8. O valor pago a título de DPVAT somente deve ser decotado do quantum indenizatório devido quando restar comprovado que a vítima recebeu o seguro obrigatório. Ausente a prova do pagamento do seguro, indevida a dedução.

9. Entendo que o pedido de dedução dos valores já pagos pela Apelante merece prosperar. Consta dos autos que foram depositados no Banco do Brasil, agência nº 1886-4 CV (conta judicial) nº 4.500.107.617.689, os valores de R\$ 1.800,00 e R\$ 600,00 para despesas com remédios e outros" (fls. 979/980 e-STJ).

Não foram opostos embargos de declaração.

A recorrente aponta que violação do artigo 130, 331, § 3º, 333, I e II, do Código de Processo Civil de 1973, 357, III e § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, 186 do Código Civil, contrariedade à Súmula nº 246/STJ, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta que o julgamento antecipado da lide e a inversão do ônus da prova resultaram em cerceamento do seu direito de defesa, pois foi impedida de produzir provas acerca da tese de houve culpa exclusiva da vítima.

Afirma que não há relação de consumo, tampouco contrato de transporte, haja vista que a passageira já havia desembarcado do ônibus, devendo ser aplicada a teoria da responsabilidade subjetiva extracontratual.

Defende que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser dispensável a comprovação do recebimento do seguro DPVAT para o provimento do pleito de dedução desse valor do montante indenizatório.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.051/1.054 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O inconformismo não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "*havendo elementos de prova suficientes nos autos, mostra-se possível o julgamento antecipado da lide, sendo certo que o juiz, como destinatário das provas, pode indeferir, fundamentadamente, aquelas que considerar desnecessárias, nos termos do princípio do livre convencimento motivado*" (AgInt no AREsp 230.971/AC, Rel. Ministro Gurgel De Faria, Primeira Turma, julgado em 1/7/2019, DJe 2/8/2019).

No caso, a Corte de origem afastou a alegação de que houve cerceamento do direito de defesa por entender que, "*no caso em tela, ao se deparar com os elementos probatórios até então produzidos, em especial os documentos colacionados aos autos pela parte autora, o Julgador entendeu ser desnecessárias outras produções de prova*" (fl. 970 e-STJ).

Assim, é inviável rever o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, para acolher a existência de cerceamento de defesa, sem a análise dos fatos dos autos, o que é inviável em recurso especial diante da incidência da Súmula nº 7/STJ.

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL PROMETIDO À VENDA. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REEXAME DE PROVAS.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, aferir a necessidade da produção probatória. Precedentes.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.417.667/PA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CULPA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. REDUÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. SÚMULA Nº 54/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Alterar a conclusão do tribunal local acerca da ausência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento obstado pela Súmula nº

Superior Tribunal de Justiça

7/STJ.

3. Na hipótese, o tribunal de origem entendeu pela culpa exclusiva do preposto no acidente. Rever tal conclusão atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

4. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, como nos atropelamentos, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula nº 54/STJ).

5. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.753.833/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/6/2019, DJe 1/7/2019).

Quanto ao mérito, a matéria foi decidida pelo Tribunal de origem nos seguintes termos:

"No caso em tela, não há que se falar em responsabilidade subjetiva extracontratual, quando ainda havia relação de consumo entre a Apelada e Apelante, tendo em vista que a passageira, ainda não havia saído do local onde se encontrava o veículo.

Ora, não resta dúvida que o motorista da empresa agiu com negligência ao não verificar se todos os passageiros já haviam se distanciado do microônibus para que ele pudesse manobrar o veículo, restando caracterizado o ato ilícito praticado, bem como a responsabilidade objetiva da empresa por seus passageiros, restando claro o dever de indenizar (arts. 186 e 927, CC).

(...)

As alegações de que não há nexo de causalidade entre os ferimentos sofridos e o acidente suportado, ante a preexistência dos problemas de saúde, também não merece prosperar.

Em que pese a Apelada ter sofrido acidente anteriormente (em 2001), com o acidente ocasionado pela Apelante (em 2004), houve um sério agravamento na sua condição física e psicológica, conforme comprovado nos autos.

Verifica-se que as provas carreadas ao feito demonstram o nexo causal entre a ocorrência do dano e o sinistro ocorrido em 17/04/2004, tendo o recorrido cumprido o disposto no art. 333, I, do CPC/1973, vigente à época dos fatos.

Há nos autos Extrato de Ocorrência narrando o acidente com a Apelada e laudo de exame pericial atestando que o autor foi vítima de acidente com veículo automotor, que lhe causou lesões, tendo sido imobilizada e conduzida ao hospital.

Assim, entendo que houve agravamento na condição física e psicológica da Apelada em virtude do acidente" (fls. 971/973 e-STJ).

Como se observa, o Tribunal local entendeu que estavam presentes os requisitos que ensejam a responsabilidade da recorrente, quais sejam, o dano, o ato culposos do preposto da empresa e o nexo causal. Nesse contexto, alterar as conclusões da Corte de origem no sentido de analisar a pretensão da recorrente demandaria, necessariamente, o reexame do acervo fático probatório, providência inviável ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ainda, convém ressaltar que a decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior:

Superior Tribunal de Justiça

"RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TRANSPORTE. PASSAGEIRO ATROPELADO APÓS O DESEMBARQUE. CULPA DO PREPOSTO DA RÉ. DIREITO DE ACRESCER. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS LEGAIS. TERMO INICIAL.

1. Culpa reconhecida do preposto da transportadora por faltar ao dever de cuidado ou vigilância. Incidência da Súmula n. 7-STJ.
2. Tratando-se de contrato de transporte, os juros legais fluem a partir da citação.
3. Determinada a pensão mensal em proporção ao salário-mínimo, indevida é a aplicação da correção monetária, sob pena de ocorrer o bis in idem.
4. Direito de acrescer admitido pela jurisprudência do STJ.

Recurso especial parcialmente conhecido, e, nessa parte, provido" (REsp 302.529/RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 16/9/2004, DJ 13/12/2004).

Por fim, no tocante à pretensão de abatimento do seguro DPVAT, a Corte de origem entendeu que *"o valor pago a título de DPVAT somente deve ser decotado do quantum indenizatório devido quando restar comprovado que a vítima recebeu o seguro obrigatório. Ausente a prova do pagamento do seguro, indevida a dedução"* (fl. 976 e-STJ)

Contudo, tal entendimento destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firme no sentido de que o valor do seguro DPVAT deve ser deduzido da indenização fixada judicialmente, independente de comprovação do recebimento da quantia.

Confirmam-se:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DVPAT. COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1. Aos termos da jurisprudência fixada e sedimentada na SEGUNDA SEÇÃO desta Corte, 'Nas ações relacionadas a acidentes de trânsito, o valor do seguro obrigatório DPVAT deve ser deduzido da indenização fixada judicialmente, nos termos da Súmula 246/STJ, independentemente de comprovação do recebimento da quantia pela vítima ou seus sucessores' (REsp 1616128/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 21/3/2017).
2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.717.980/RO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 30/8/2018, DJe 11/9/2018 - grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. VALOR INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DPVAT. DEDUÇÃO DOS VALORES INDENIZATÓRIOS. POSSIBILIDADE.

1. Inocorrência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.
2. A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à não ocorrência de coisa julgada; inexistência de culpa exclusiva da vítima e valor indenizatório

Superior Tribunal de Justiça

decorreu da análise do conjunto probatório dos autos.

3. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte. Súmula STJ/7.

4. **Conforme preceitua a Súmula 246/STJ, a dedução do valor do seguro obrigatório dispensa comprovação do recebimento ou mesmo do requerimento do mesmo pela vítima. Precedentes específicos.**

5. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO" (AgRg no REsp 1.322.497/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/3/2014, DJe 18/3/2014 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, dar-lhe provimento para assegurar à recorrente o direito de deduzir da indenização devida os valores a que faz jus a parte autora da demanda a título de cobertura de danos pessoais pelo seguro DPVAT.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator